

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.110 - SP (2019/0301600-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : PATRÍCIA LUCÍOLA DIAS DE MORAIS - SP205731
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FRANCISCO SILVA BATISTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* na Apelação n. 0011215-18.2017.8.26.0635.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de motivação idônea para refutar a tese de atipicidade da conduta pela insignificância, em decorrência da condenação do réu à pena de 1 ano, 1 mês e 10 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 6 dias-multa, como incurso no art. 155, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Postula, liminarmente, a suspensão da ação penal e, no mérito, o reconhecimento do princípio da insignificância, absolvendo-se o paciente.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que o Tribunal de origem considerou: "Evidente a ofensividade, a periculosidade social e o elevado grau de reprovabilidade da conduta de Francisco, vez que se trata de **pessoa afeita a prática de delitos como meio de vida, conforme pode ser observados em sua folha de antecedentes, registrando inúmeras condenações por delitos patrimoniais**, de maneira que adotar tal orientação seria o mesmo que legitimar todos os desta natureza em que se alegasse que *res furtiva* apresenta pequeno valor, trazendo a descrença à Justiça e legitimando a justiça de mão própria"(fl. 50, destaquei).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, justificam o não acolhimento da tese absolutória. Ademais, tal matéria constitui o próprio mérito da impetração, razão pela qual deve ser analisada em momento oportuno.

Superior Tribunal de Justiça

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Devidamente instruídos os autos, **dispensó a solicitação de informações.** Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

